

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 54.618 - MG  
(2017/0170298-0)**

AGRAVANTE : MUNICIPIO DE SACRAMENTO  
ADVOGADOS : DANIEL RICARDO DAVI SOUSA E OUTRO(S) - MG094229  
LAILA SOARES REIS - MG093429  
OLÍVIO GIROTTO NETO - MG109909  
ROBERTA CATARINA GIACOMO - MG120513  
RENATA SOARES SILVA - MG141886  
AGRAVADO : ISBA COMERCIO DE CEREAIS LTDA - ME  
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DESPACHO**

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

AGRAVO INTERNO. SISTEMA RECURSAL DA LEF. VALOR DE ALÇADA. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. FUNGIBILIDADE RECURSAL. INAPLICABILIDADE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.

- Contra decisão judicial de que cabe recurso para a instância extraordinária, não é possível a utilização de mandado de segurança como sucedâneo do recurso.

- A LEF introduz um sistema fechado de recurso (assim como o Juizado Especial). A garantia de segundo grau se cumpre com a interposição (ou a sua possibilidade) de embargos infringentes. Não se admite o mandado de segurança contra a decisão destes últimos.

- Com a devida vênia a agravante, ausentes no agravo interno razões suficientes a ocasionar a reforma do julgado, impõe-se a manutenção da decisão proferida de acordo com a jurisprudência pacífica deste eg. Tribunal de Justiça, bem como do Superior Tribunal de Justiça.

- Com o reconhecimento da manifesta improcedência do agravo interno pela Turma Julgadora em votação unânime, surge a possibilidade de fixação de multa, no percentual de um a cinco por cento sobre o valor atualizado da causa, ainda que não haja comprovação do abuso do direito de recorrer. Busca-se, pois, com a aplicação da penalidade, prestigiar a boa fé e a duração razoável do processo (artigos 4º a 6º, do NCPC).

- Recurso desprovido. Multa aplicada a agravante no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 1021, §4º, do NCPC.

Considerando que a matéria acerca do cabimento de mandado de segurança contra decisão judicial que extingue execução fiscal de pequeno valor encontra-se em discussão pela Primeira Seção do STJ em Incidentes de Assunção de Competência nos autos dos RMS n. 53.720 e n. 54.712, determino que o presente feito aguarde na Coordenadoria da Segunda Turma até o

julgamento definitivo dos citados IACs.

Após, certifique-se o julgamento e retornem os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator

